Sábado, 07 de Novembro de 2026

Prefeitura de Cuiabá interdita comércios irregulares sob redes de transmissão elétrica em operação de segurança

Ação conjunta com Energisa fiscaliza estabelecimentos no bairro Santa Terezinha para prevenir acidentes e proteger população

A administração municipal de Cuiabá realizou na sexta-feira (6) a Operação Choque de Ordem no bairro Santa Terezinha, com objetivo de fiscalizar e interditar estabelecimentos comerciais instalados irregularmente sob linhas de transmissão de energia elétrica. A ação envolveu a participação da concessionária Energisa e equipes municipais de Ordem Pública e Segurança Pública, com foco em prevenir acidentes e proteger trabalhadores, clientes e transeuntes da região.

O secretário adjunto de Regulação e Fiscalização, Robson Pereira dos Santos, explicou que a cooperação institucional visa garantir a segurança e promover o esvaziamento da área ocupada por atividades comerciais. Segundo ele, a iniciativa busca orientar os comerciantes sobre a necessidade de relocação dos negócios estabelecidos sem autorização legal no local.

Os proprietários de estabelecimentos já haviam sido notificados pela gestão atual em outubro de 2025 acerca da irregularidade das construções. Muitos deles relataram que mantêm suas operações no local há mais de uma década.

As estruturas se encontram instaladas na faixa de servidão das linhas de transmissão, espaço reservado para garantir a segurança e realizar manutenção da infraestrutura elétrica. Esta área é classificada como não edificante, impedindo qualquer tipo de construção permanente. A interdição considera especialmente os perigos enfrentados pela comunidade e pelos trabalhadores durante períodos de chuva, quando aumentam os riscos de descargas elétricas e sinistros.

Max Aguiar, secretário adjunto especial de Relações de Ordem Pública, ressaltou que a atuação municipal não objetiva prejudicar os comerciantes, mas sim assegurar que as atividades econômicas sejam desenvolvidas respeitando as normas de segurança vigentes. Conforme afirmou, o Município reconhece e defende o direito ao trabalho, contudo este deve ser exercido dentro de padrões seguros que não exponham riscos à vida dos próprios comerciantes, clientes ou população em geral.

No decorrer da operação, a Energisa procedeu ao corte dos pontos de conexão elétrica que operavam irregularmente. Os órgãos municipais ofereceram apoio técnico à fiscalização e à interdição dos estabelecimentos, fornecendo aos proprietários orientações sobre a obrigatoriedade de desocupação da área em questão.